

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2026****PROCESSO CPR Nº 16/2025 / PROCESSO SEI: 2026/000041.01-1****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/21****AQUISIÇÃO DE TIC****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Aquisição de materiais de informática para o Conselho Regional de Biologia - 1ª Região (SP, MT, MS), CRBio-01, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição	CATMAT	Métrica	Quant.	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Médio Total (R\$)
1	1	Webcam 1080p com microfone integrado	481780	Unidade	16	221,03	3.536,48
	2	Expansor USB 3.0 - 4 portas	428910	Unidade	2	41,91	83,82
	3	Cabo HDMI blindado - 10 metros	447093	Unidade	2	69,25	138,50
	4	Leitor de cartão de memória USB	613727	Unidade	1	65,21	65,21
	5	Suporte ergonômico para notebook	430274	Unidade	10	29,82	298,20
	6	Headset USB	620512	Unidade	10	104,52	1.045,20
2	7	Alicate de crimpagem	363140	Unidade	1	46,45	46,45
	8	Alicate punch down	472099	Unidade	1	43,85	43,85
	9	Testador de cabos de rede	344214	Unidade	1	27,32	27,32
	10	Caixa de cabo de rede CAT5e - 300m	298698	Unidade	1	616,47	616,47



Sem grupo	11	Estabilizador de tensão elétrica 1000VA	463246	Unidade	7	274,98	1.924,88
3	12	SSD portátil de 512 GB	624409	Unidade	1	377,60	377,60
	13	HD portátil de 2 TB	486471	Unidade	5	707,45	3.537,23
	14	HD portátil de 4 TB	602652	Unidade	2	1.246,58	2.493,17
VALOR TOTAL GLOBAL (R\$)							14.234,37

- 1.2.** Os materiais objetos desta aquisição constituem-se como bens comuns nos termos do art. 2º do Decreto nº. 10.818, de 27 de setembro de 2021, por possuírem padrões de desempenho e especificações usualmente encontrados no mercado.
- 1.3.** O prazo de entrega será de 40 (quarenta) dias, contado da data de recebimento da Nota de Empenho por parte do fornecedor.
- 1.4.** Havendo eventual divergência entre o CATMAT e a descrição/especificação do item na tabela acima, prevalecerá esta última.
- 1.5.** Para a presente aquisição o Termo de Contrato será substituído por instrumento equivalente nos termos do art. 95, inc. I da Lei nº 14.133 de 2021, o qual vinculará as partes a este Termo de Referência e a Proposta da Contratada.
- 1.6.** Os objetos da aquisição estão previstos no Plano Anual de Contratações do exercício de 2025, aprovado na 273ª Sessão Plenária do CRBio-01.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Item 1 - Webcam 1080p com microfone integrado

2.1.1. Webcam com microfone integrado e clipe para fixação em monitores.

2.1.2. Suporte à resolução 1080p a 30 quadros por segundo.

2.1.3. Campo de visão diagonal mínima de 70º.

2.1.4. Microfone com cancelamento de ruído e alcance mínimo de 1,2 metros.

2.1.5. Conector USB - tipo A.

2.1.6. Cor predominante preta, branca ou cinza.

2.2. Item 2 - Expansor USB 3.0 - 4 portas

2.2.1. Expansor de portas USB - tipo A, com 4 portas.



2.2.2. Suporte ao padrão USB 3.0.

2.2.3. Fornecimento de corrente elétrica através das portas de saída.

2.2.4. Não deve necessitar de fonte de alimentação externa.

2.2.5. Cor predominante preta, branca ou cinza.

2.3. Item 3 - Cabo HDMI blindado - 10 metros

2.3.1. Cabo HDMI blindado com conectores macho em ambas extremidades.

2.3.2. Extensão de 10 (dez) metros.

2.3.3. Suporte ao padrão HDMI 2.0.

2.3.4. Cor predominante preta ou cinza.

2.4. Item 4 – Leitor de cartão de memória USB

2.4.1. Suporte a cartões de memória no formato Micro SD.

2.4.2. Conector USB 3.0 tipo A.

2.4.3. Compatível com sistema operacional Microsoft Windows.

2.5. Item 5 – Suporte ergonômico para notebook

2.5.1. Composição principal em plástico, com ponteiras antideslizamento.

2.5.2. Dobrável, com altura máxima ajustável de, pelo menos, 10cm (dez centímetros).

2.5.3. Compatível com notebooks de até 15 (quinze) polegadas.

2.6. Item 6 – Headset USB

2.6.1. Fones de ouvido estéreo em arco, com falantes em diâmetro mínimo de 30 (trinta) milímetros e frequência de resposta que compreenda o intervalo de 20 (vinte) a 20k (vinte mil) Hertz.

2.6.2. Conchas auriculares externas, com almofadas acolchoadas de material sintético macio.

2.6.3. Microfone unidirecional acoplado ao fone por haste ajustável.

2.6.4. Conexão por cabo de comprimento mínimo de 150 (cento e cinquenta) centímetros.

2.6.5. Conector USB do tipo "A" ou "C".

2.7. Item 7 – Alicate de crimpagem

2.7.1. Alicate de crimpas conectores de rede RJ-45 (8P8C).

2.7.2. Lâmina para corte e decapagem de fios.



2.7.3. Cabos ergonômicos.

2.8. Item 8 – Alicate punch down

2.8.1. Ferramenta de impacto (*punch down*) para inserção de fios.

2.8.2. Controle de impacto ajustável.

2.8.3. Lâmina 110 inclusa.

2.8.4. Lâminas intercambiáveis e reversíveis.

2.9. Item 9 – Testador de cabos de rede

2.9.1. Testador de cabos de rede compatível com conectores RJ-45 macho.

2.9.2. Testa cabos de até 150 (centro e cinquenta) metros.

2.9.3. LEDs indicadores de conexões e falhas dos fios.

2.9.4. Unidade remota destacável.

2.9.5. Fonte de alimentação por bateria de 9V.

2.10. Item 10 - Caixa de cabo de rede CAT5e - 300m

2.10.1. Cabo de rede de 4 pares de fios de cobre trançados, categoria 5e.

2.10.2. Sem blindagem (UTP - *Unshielded Twisted Pair*).

2.10.3. Capa de PVC ou LSZH (*Low Smoke Zero Halogen*).

2.10.4. Caixa com 300 (trezentos) metros de cabo.

2.11. Item 11 – Estabilizador de tensão elétrica 1000VA

2.11.1. Potência de 1000 VA (mil Volt-Amperes).

2.11.2. Tipo microprocessador com memória Flash.

2.11.3. Tensão de entrada nominal de 115 Volts.

2.11.4. Tensão de saída nominal de 115 Volts.

2.11.5. Frequência nominal de 50/60 Hertz.

2.11.6. Proteção contra subtensão e sobretensão de 92 até 142 Volts.

2.11.7. Proteção contra surtos de tensão.

2.11.8. Proteção eletrônica contra subtensão e sobretensão (desligamento e rearma automático na saída).

2.11.9. Filtro de linha integrado com atenuação em *EMI* (interferência eletromagnética) e *RFI* (interferência de radiofrequência).



- 2.11.10.** Medição e análise em *True RMS* (média quadrática).
- 2.11.11.** Rendimento maior ou igual a 91%.
- 2.11.12.** Sem introdução de distorção harmônica.
- 2.11.13.** Possuir fusível externo de proteção.
- 2.11.14.** Possuir 6 tomadas de saída.
- 2.11.15.** Tomadas de saída e plugue de entrada no padrão NBR 14136 – 10 Amperes.
- 2.11.16.** Possuir indicador visual de tensão no painel.
- 2.11.17.** Os equipamentos devem possuir garantia do fabricante contra defeitos por um período mínimo de 1 (um) ano.

2.12. Item 12 – SSD portátil 512GB

- 2.12.1.** Capacidade de armazenamento de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes).
- 2.12.2.** Interface USB 3.2, compatível com versões anteriores.
- 2.12.3.** Corpo em material plástico ou de metal.

2.13. Item 13 – HD portátil 2TB

- 2.13.1.** Capacidade de armazenamento de 2 TB (dois terabytes).
- 2.13.2.** Interface USB 3.2, compatível com versões anteriores.
- 2.13.3.** Corpo em material plástico ou de metal.

2.14. Item 14 – HD portátil 4TB

- 2.14.1.** Capacidade de armazenamento de 4 TB (quatro terabytes).
- 2.14.2.** Interface USB 3.2, compatível com versões anteriores.
- 2.14.3.** Fonte de alimentação externa inclusa, caso necessário.
- 2.14.4.** Corpo em material plástico ou de metal.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A presente contratação visa a atender a demandas administrativas do CRBio-01, contemplando a preservação e ampliação de equipamentos eletrônicos necessários às atividades cotidianas do Conselho.
- 3.2.** Justifica-se a presente aquisição pela importância do uso de equipamentos de informática modernos pelas diversas áreas de atuação pública, de modo a minimizar riscos de paralisação ou redução da continuidade de atividades, bem como propiciar condições ideais de



reaparelhamento do parque computacional existente, de forma a manter contínua, eficiente e com qualidade os serviços prestados pelo CRBio-01.

- 3.3.** Adicionalmente, devido à expansão do quadro funcional, inclusive com a ocupação de novos espaços físicos, necessita-se do material solicitado para possibilitar a disponibilização da infraestrutura de trabalho adequada aos novos funcionários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1.** Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil, polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas.
- 4.2.** Os equipamentos devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas.
- 4.3.** Manuais de instrução, documentos técnicos complementares, e mídias físicas com programas e aplicativos essenciais devem ser entregues nas quantias mínimas necessárias para habilitar o funcionamento dos itens entregues. Tais recursos devem ser disponibilizados preferencialmente como arquivos digitais disponíveis no sítio eletrônico do fabricante dos produtos.

Verificação de amostra

- 4.4.** Não serão exigidas amostras do objeto.

Subcontratação

- 4.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia dos produtos

- 4.6.** O prazo da garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.7.** A garantia compreenderá a recuperação ou substituição às expensas do fornecedor, inclusive transporte, de qualquer componente ou bem que apresentar divergência de especificações ou quaisquer defeitos de projeto ou fabricação, com exceção dos casos de desgaste natural.



4.8. Quando forem constatados quaisquer defeitos ou divergências na característica do bem, durante o prazo de garantia, a Contratante comunicará o fato por escrito ao fornecedor, que deverá se manifestar a respeito, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da comunicação.

Requisitos de negócio

4.9. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.9.1. Redução de riscos relacionados a defeitos de equipamentos e obsolescência;

4.9.2. Ganho de produtividade com a com a utilização de equipamentos de desempenho adequado para a execução das atividades.

Requisitos de capacitação

4.10. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto contratual.

Requisitos legais

4.11. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos temporais

4.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.13. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;



- 5.1.4.** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;
- 5.1.5.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6.** Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

5.2. São obrigações da Contratada:

- 5.2.1.** Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4.** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6.** Quando especificado, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução;
- 5.2.7.** Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução durante a execução do contrato;
- 5.2.8.** Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de entrega



6.1. O prazo para entrega dos bens é de 40 (quarenta) dias, contados a partir do recebimento do Empenho, em remessa única.

6.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, mediante solicitação justificada por escrito da Contratada e autorização da Contratante.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues à Rua Manuel da Nóbrega, nº 595, conj. 121, Paraíso, São Paulo - SP, CEP 04001-083, no período das 09:00 às 16:00, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.

Do encaminhamento formal de demandas

6.4. O responsável pela demanda encaminhará a Nota de Empenho para a entrega dos bens solicitados, conforme as descrições e quantidades definidas neste Termo de Referência.

Mecanismos formais de comunicação

6.5. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes:

6.5.1. Ofício;

6.5.2. Ata de reunião;

6.5.3. Ordem de serviço;

6.5.4. E-mails e cartas;

6.5.5. Sistema de abertura de chamados.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



- 7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.
- 7.6.** O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).
- 7.7.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).
- 7.8.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).
- 7.9.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 7.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 7.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
 - 7.11.1.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 7.12.** O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.13.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato



para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

- 7.14.** O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 7.15.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 7.16.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 7.17.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 7.18.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 7.19.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 7.20.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de aceitação



- 7.21.** Todos os materiais fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos *end-of-life*).
- 7.22.** Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- 7.23.** Todos os componentes que farão parte dos equipamentos deverão seguir rigorosamente as descrições técnicas mínimas definidas. Será aceita oferta de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente igual e/ou supere, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado - conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.
- 7.24.** Os equipamentos devem ser acondicionados em embalagens originais do fabricante, com o menor volume possível, desenvolvidas para o produto, que se utilize de materiais recicláveis, de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas, além de possibilitar o armazenamento e estocagem de forma segura.
- 7.25.** Os equipamentos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, com todos os acessórios e componentes (cabos, adaptadores, etc.).
- 7.26.** A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.27.** Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o objeto cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à Contratada as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no Contrato. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Níveis mínimos de serviço exigidos



7.28. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pela Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAF - Indicador de atraso no fornecimento	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos materiais constantes no Termo de Referência
Meta a cumprir	IAF <= 1 índicador menor ou igual a um
Instrumento de medição	Empenho, Termo de Recebimento Provisório
Forma de acompanhamento	Será subtraída a data de entrega dos produtos (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de emissão do Empenho.
Periodicidade	Única.
Mecanismo de cálculo	IAF = TEX / MAX Onde: IAF - Indicador de atraso no fornecimento. TEX - Tempo de execução - corresponde ao período de execução, em dias, da sua data de início até a data de entrega dos produtos. A data de início é a data de emissão do Empenho. A data de entrega deverá ser reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entrega os produtos e há aceitação por parte do fiscal técnico. MAX - Prazo máximo de entrega - corresponde ao prazo limite para entrega dos bens, em dias, conforme estipulado no Termo de Referência.
Observações	Observação 1: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de vigência	A partir da emissão do Empenho.

**Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

- 7.29.** Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

#	Ocorrência	Sanção / Glosa
1	Não atender ao indicador de nível de serviço IAF (Indicador de atraso no fornecimento)	IAF entre 0 e 1: sem penalização; IAF maior que 1 e menor ou igual a 1,2: glosa de 5% sobre o valor total; IAF maior que 1,2 e menor ou igual a 1,5: glosa de 10% sobre o valor total; IAF maior que 1,5: glosa de 15% sobre o valor total.
2	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor total.

- 7.30.** Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a Contratada:

- 7.30.1.** Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 7.30.2.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento do objeto

- 7.31.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.32.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



- 7.33.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.34.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.35.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.36.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.37.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.38.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.38.1.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente no momento em que for emitido o Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos.
- 7.39.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.39.1.** Prazo de validade;
- 7.39.2.** Data da emissão;
- 7.39.3.** Dados do contrato e do órgão Contratante;
- 7.39.4.** Período respectivo de execução do contrato;
- 7.39.5.** Valor a pagar; e
- 7.39.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



- 7.40.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.
- 7.41.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.42.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.42.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- 7.42.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.43.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.44.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.45.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.46.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- Prazo de pagamento**
- 7.47.** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.48.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva



realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE e correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.49. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 7.50. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.51. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.52. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.53. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo.

Aplicação da margem de preferência

- 8.2. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

Habilitação jurídica

- 8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.



- 8.6.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
 - 8.7.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
 - 8.8.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
 - 8.9.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
 - 8.10.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
 - 8.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 8.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
 - 8.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 8.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
 - 8.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



- 8.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.17.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

- 8.20.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seuges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.
- 8.21.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1.** A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

9.1.1. Gestão/Unidade (UASG): 389114

9.1.2. Projeto 5009 - Modernização do parque de informática

9.1.2.1. Conta orçamentária 6.3.2.1.03.01.006 - Equipamentos de processamento de dados.

9.1.2.2. Itens 1, 6, 11, 12, 13 e 14 do objeto da aquisição.

9.1.3. Projeto 5012 - Aquisição de bens de consumo

9.1.3.1. Conta orçamentária 6.3.1.3.01.01.008 - Materiais de informática.

9.1.3.2. Itens 2 a 5 e 7 a 10 do objeto da aquisição.



CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA – 1ª REGIÃO (SP, MT, MS) – CRBio-01

Rua Manoel da Nóbrega nº 595 - conjunto 111 CEP 04001-083 Paraíso São Paulo, SP

Telefone: (011) 3884-1489

www.crbio01.gov.br



São Paulo, 12 de janeiro de 2026

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Leonardo Gil Andrade de Almeida

Analista de Tecnologia da Informação

Conferido e de acordo.

A justificativa apresentada, especificações técnicas e quantitativas, contidas no presente instrumento, demonstram-se satisfatórias e suficientes para o atendimento às necessidades do CRBio-01.

Aprovo o Termo de Referência.

Encaminhe-se ao Setor de Licitações e Contratos para as providências necessárias.

Cátia Cristina Soares Costa

Superintendente